



PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE CHAVES



PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO

Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Chaves

Parte I – Enquadramento geral do plano

Câmara Municipal de Chaves

Data:

8 de Outubro de 2010



EQUIPA TÉCNICA

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES	
Coordenação	
Carlos Augusto Castanheira Penas	Vice-Presidente da Câmara Municipal de Chaves
Equipa técnica	
Sílvio Sevivas Silva	Lic. Eng. Florestal (IPB Bragança)

AMAT - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALTO TÂMEGA	
Direcção do projecto	
Mário Ferreira Santos	Lic. Eng. Civil (FE – UP)
Coordenação	
Nélson Gonçalves Montalvão	Lic. Gestão (UI)
Equipa técnica	
Ana Azevedo Moreira	Lic. Recreação, Lazer e Turismo (UTAD)



METACORTEX, S.A.	
Direcção técnica	
José Sousa Uva	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL); Mestre em Recursos Naturais (ISA-UTL) [cédula profissional n.º 38804]
Gestora de projecto	
Marlene Marques	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL); Mestre em Georrecursos (IST-UTL)
Co-gestor de projecto	
Tiago Pereira da Silva	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Equipa técnica	
Marlene Marques	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL); Mestre em Georrecursos (IST-UTL)
Tiago Pereira da Silva	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Paula Amaral	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
João Moreira	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Carlos Caldas	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL); MBA (UCP)
Mafalda Rodrigues	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Andreia Malha	Lic. Geografia e Desenvolvimento Regional (ULHT)
Nuno Frade	Lic. Geografia e Planeamento Regional (FCSH-UNL); Mestre em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos (FCSH-UNL)
Carlos Conde	Lic. Geografia e Desenvolvimento Regional (ULHT)
Sónia Figo	Lic. Eng. dos Recursos Florestais (ESAC-IPC)



ÍNDICE

Índice de Tabelas.....	ii
Índice de Figuras.....	ii
Acrónimos.....	iii
PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO.....	1
1. Introdução.....	3
2. Âmbito de aplicação	5
3. Objectivos gerais.....	6
4. Enquadramento legal.....	7
4.1 Legislação geral	7
4.2 Legislação específica.....	8
5. Antecedentes do processo de planeamento	9
6. Articulação com instrumentos de planeamento e ordenamento do território	13
7. Activação do plano.....	16
7.1 Competência para a activação do plano.....	16
7.2 Critérios para a activação do plano	19
8. Programa de exercícios	24



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Exercícios de emergência em que os agentes de protecção civil e o SMPC de Chaves participaram até à data de elaboração do Plano.....	10
Tabela 2. Critérios para a definição do grau de gravidade	22
Tabela 3. Critérios para a activação do PMEPC, de acordo com o grau de gravidade e de probabilidade da ocorrência	22
Tabela 4. Calendarização dos exercícios de emergência (2011-2012)	26

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Riscos de origem natural e de origem humana analisados no âmbito do PMEPC	5
Figura 2. Legislação específica de diferentes áreas relacionadas com a prevenção de riscos naturais e humanos.....	8
Figura 3. Critérios para a activação do PMEPC.....	21
Figura 4. Esquema relativo ao aperfeiçoamento dos exercícios de emergência.....	24



ACRÓNIMOS

AFN - Autoridade Florestal Nacional

ANPC - Autoridade Nacional de Protecção Civil

BVF – Corpo de Bombeiros Voluntários Flavienses

BVSP - Corpo de Bombeiros Voluntários de Salvação Pública

BVV – Corpo de Bombeiros Voluntários de Vidago

CCON - Centro de Coordenação Operacional Nacional

CDOS - Comando Distrital de Operações de Socorro

CMC - Câmara Municipal de Chaves

CMPC - Comissão Municipal de Protecção Civil

CNPC - Comissão Nacional de Protecção Civil

COM - Comandante Operacional Municipal

CPX - Comand Post Exercise

DFCI - Defesa da Floresta Contra Incêndios

DGS - Direcção-Geral de Saúde

GNR – Guarda Nacional Republicana

IM - Instituto de Meteorologia

INAG - Instituto da Água

LivEx - Live Exercise

INEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia

PBH - Plano de Bacia Hidrográfica

PDM - Plano Director Municipal



PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PME – Plano Municipal de Emergência

PMEPCC - Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Chaves

PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SIOPS - Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro

SMPC - Serviço Municipal de Protecção Civil



Parte I – Enquadramento geral do plano

Parte II – Organização da resposta

Parte III – Áreas de intervenção

Parte IV - Informação complementar



1. INTRODUÇÃO

Cada vez mais a organização da sociedade se torna complexa, encontrando-se sujeita a riscos de ordem diversa que provocam um maior ou menor grau de perturbação de acordo com a menor ou maior preparação da sociedade face a estes fenómenos. De acordo com a Lei de Bases da Protecção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho), a protecção civil é a actividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

O Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Chaves, adiante designado por PMEPC, **enquadra-se na designação de plano geral, isto é, a sua elaboração permite enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem para o concelho.**

Com a elaboração do PMEPC **pretende-se clarificar e definir as atribuições e responsabilidades que competem a cada um dos agentes de protecção civil intervenientes em situações de emergência de protecção civil, susceptível de afectar pessoas, bens ou o ambiente.** Um dos principais objectivos tidos em conta na elaboração do PMEPC foi a sua adequação às necessidades operacionais do concelho, tendo-se para tal procedido a uma recolha criteriosa e rigorosa de informação no âmbito da análise de riscos, a avaliação de meios e recursos disponíveis e a clarificação dos conceitos e procedimentos a adoptar.

Por outro lado, com o intuito de tornar o PMEPC um documento estruturante foi dada especial importância às indicações de cariz operacional, garantindo sempre a sua flexibilidade de maneira a se adaptarem à multiplicidade de situações que possam surgir. Paralelamente, a elaboração deste Plano funciona igualmente como um instrumento de apoio à organização, calendarização e definição de objectivos no que se refere a exercícios de protecção civil a realizar.

O PMEPC tem no Presidente da Câmara Municipal de Chaves a figura de Director do Plano, sendo que o mesmo poderá ser substituído pelo Vereador com competências delegadas, caso, por algum motivo, se encontre impossibilitado de exercer as suas funções.

Dos diferentes princípios especiais pelos quais as actividades de protecção civil se devem reger e que o PMEPC adopta, merecem especial referência **o princípio de prevenção e precaução**, segundo o qual os riscos devem ser antecipados de forma a eliminar as suas causas ou reduzir as suas consequências, e **o princípio da unidade de comando**, que determina que **todos os agentes actuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único**, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional.



A organização do PMEPCCC reflecte precisamente o estabelecimento daqueles princípios, em que:

- Na Parte I apresenta-se o enquadramento do Plano em termos legais e relativamente a outros instrumentos de planeamento e gestão do território, e abordam-se as questões relacionadas com a sua activação. Definem-se os mecanismos que permitem a optimização da gestão dos meios e recursos existentes no concelho através da organização de exercícios de emergência.
- Na Parte II do Plano aborda-se o ponto referente à organização da resposta e áreas de intervenção, define-se o quadro orgânico e funcional da Comissão Municipal de Protecção Civil (CMPC) a convocar na iminência ou ocorrência de situações de acidente grave ou catástrofe, bem como o dispositivo de funcionamento e coordenação das várias forças e serviços a mobilizar em situação de emergência.
- Na Parte III referem-se as diversas áreas de intervenção, entidades envolvidas e formas de actuação.
- Na Parte IV, relativa à informação complementar, apresenta-se uma caracterização do concelho. Identificam-se os diferentes riscos a que o concelho de Chaves se encontra sujeito, avaliando-se a probabilidade da sua ocorrência e os danos que lhes poderão estar associados. Indicam-se os contactos das várias entidades e respectivos intervenientes, bem como, o inventário de meios e recursos disponíveis para responder a situações de emergência, para além de modelos a nível documental de controlo e registo.

O PMEPCCC entra formalmente em vigor, para efeitos de execução, planeamento de tarefas e análise dos meios e recursos existentes, no primeiro dia útil seguinte ao da publicação da deliberação de aprovação no Diário da República e será revisto, no mínimo, de 2 em 2 anos ou actualizado sempre que se considere necessário. Após o PMEPCCC estar aprovado, a Câmara Municipal de Chaves dispõe de um prazo de 180 dias para realizar um exercício de teste ao Plano.

Importa realçar que o anterior Plano Municipal de Emergência foi activado no período de 19 a 21 de Agosto de 2005 devido à ocorrência de incêndios florestais de grande intensidade na área do concelho, pelo que a CMPC possui já alguma experiência no que respeita à coordenação das várias entidades com responsabilidades ao nível da protecção civil. Desta forma, foi possível incorporar sugestões de carácter operacional resultantes de situações de emergência ocorridas no concelho de Chaves.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O PMEPC é um Plano de âmbito municipal, elaborado pela Câmara Municipal de Chaves (CMC), mediante parecer prévio da Comissão Municipal de Protecção Civil e da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) e aprovado pela Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC). O PMEPC abrange uma área total de aproximadamente 591 km², a qual encontra-se dividida em 51 freguesias (Mapa 1 - Secção II - Parte IV). O concelho de Chaves localiza-se no distrito de Vila Real. Relativamente à Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) de nível II e III, o concelho encontra-se inserido na região Norte e na sub-região do Alto Trás-os-Montes. Na Figura 1 encontram-se identificados os riscos naturais e humanos que possam ocorrer no concelho, analisados no âmbito do PMEPC (Ponto 5 da Secção II -Parte IV).



Figura 1. Riscos de origem natural e de origem humana analisados no âmbito do PMEPC



3. OBJECTIVOS GERAIS

O PMEPC, de cariz geral, encontra-se sujeito a actualização periódica e deve ser objecto de exercícios frequentes com vista a testar a sua operacionalidade. **O PMEPC tem como principais objectivos:**

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de actuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de protecção civil;
- Definir a unidade de direcção, coordenação e comando das acções a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as acções de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências justifique a activação do PMEPC;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de acções de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assumpção de uma cultura de auto-protecção e a colaboração na estrutura de resposta à emergência.

O bom funcionamento do Plano e das suas medidas depende da concretização de cada um dos objectivos, pelo que deverá ser alvo constante de melhorias de acordo com a experiência que vai sendo adquirida ao longo da sua vigência.



4. ENQUADRAMENTO LEGAL

A elaboração do PMEPC, assim como a sua execução, encontram-se regulamentados por legislação diversa, que vai desde a organização da actividade das entidades com responsabilidades no âmbito de protecção civil, passando pelas normas a seguir na elaboração do Plano, até à legislação relativa à segurança de diferentes tipos de infra-estruturas.

Neste Ponto faz-se referência à legislação geral que sustenta a elaboração do Plano, assim como, a principal legislação que regulamenta diferentes matérias de interesse para a prevenção de riscos naturais e humanos no âmbito municipal. No entanto, no Ponto 8 da Secção III - Parte IV do PMEPC, encontra-se referenciada a listagem dos diplomas legais relevantes para efeitos do Plano ou que poderão proporcionar a obtenção de informação complementar no âmbito da protecção civil.

4.1 Legislação geral

- **Concessão de auxílios financeiros às autarquias locais bem como o regime associado ao Fundo de Emergência Municipal** [Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de Setembro].
- **Lei de Segurança Interna** [Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto].
- **Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de protecção civil** [Resolução da Comissão Nacional de Protecção Civil n.º 25/2008, de 18 de Julho].
- **Conta de Emergência, que permite adoptar medidas de assistência a pessoas atingidas por catástrofe ou calamidade** [Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de Julho].
- **Enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, organização do serviço municipal de protecção civil e competências do comandante operacional municipal** [Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro].
- **Lei das Finanças Locais** [Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro].
- **Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro - SIOPS** [Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho].
- **Lei de Bases da Protecção Civil** [Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho].



4.2 Legislação específica

Na Figura 2 apresentam-se os principais diplomas legais que regulamentam diferentes matérias de interesse para a prevenção de riscos naturais e humanos no âmbito municipal.

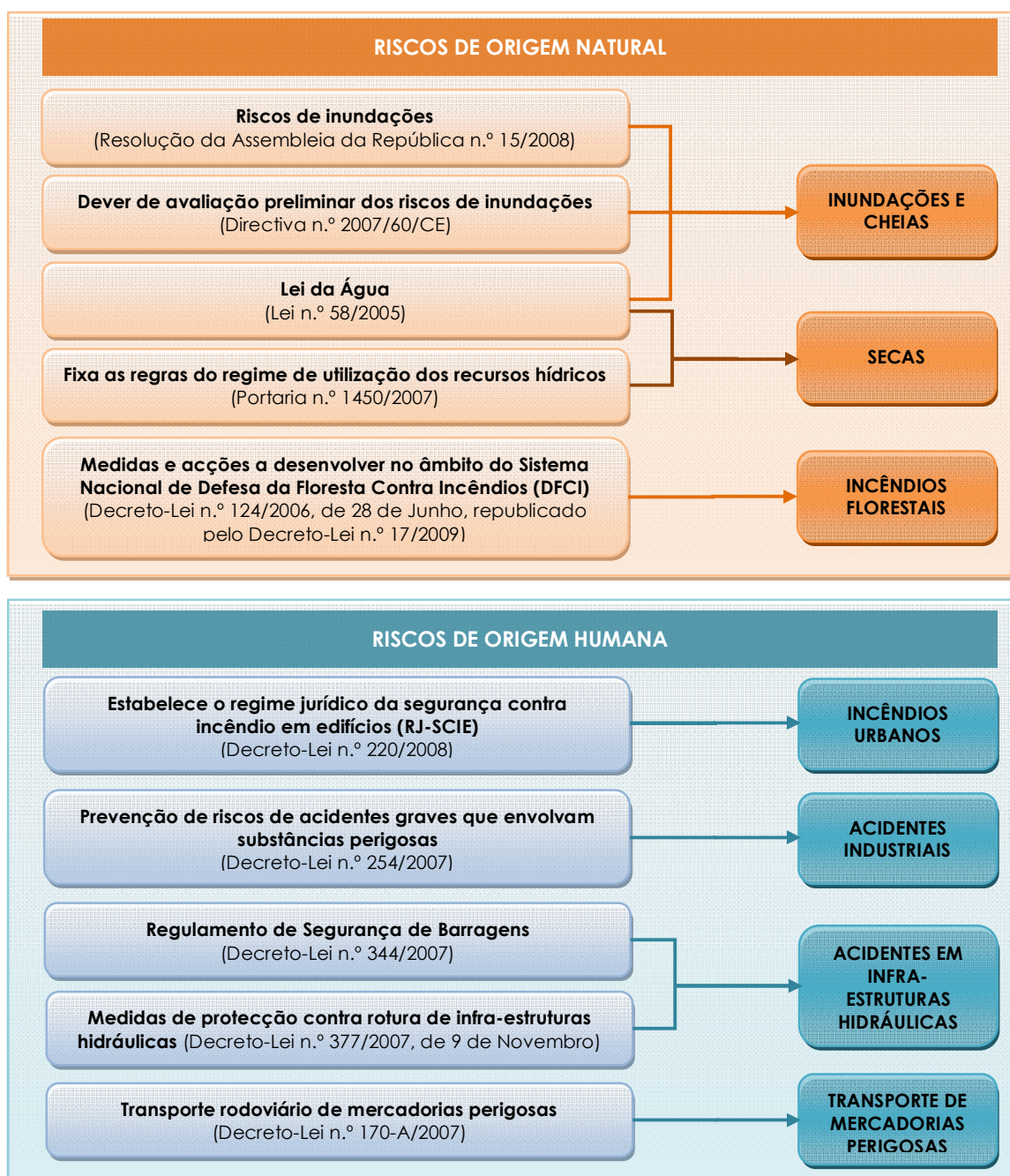


Figura 2. Legislação específica de diferentes áreas relacionadas com a prevenção de riscos naturais e humanos



5. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO

Neste Ponto aborda-se o historial de planeamento de emergência de âmbito municipal, de cariz geral, tendo como objectivo identificar as principais omissões de forma a colmatar lacunas identificadas em situações de emergência anteriores e actualizar a informação. Dos antecedentes do processo de planeamento de emergência do concelho de Chaves, evidencia-se o seguinte histórico:

1. **Versões anteriores do Plano e respectivas datas de aprovação** - o Plano Municipal de Emergência (PME) de Chaves foi aprovado pela Comissão Municipal de Protecção Civil a 23 de Dezembro de 1999 e em reunião de Câmara Municipal a 28 de Dezembro de 1999. O PME foi remetido para aprovação do Delegado da Protecção Civil de Vila Real a 5 de Janeiro de 2000. O PME de Chaves não foi sujeito ao processo de consulta pública. O PME não foi actualizado posteriormente.
2. **Anteriores activações do Plano** - no período de 19 a 21 de Agosto de 2005 o PME foi activado devido aos incêndios florestais que ocorreram no concelho. No âmbito da sua activação foram despoletados as normas constantes no PME de Chaves, nomeadamente:
 - Aviso às populações em risco;
 - Coordenação dos meios de socorro (solicitação de meios de outras corporações e do exército);
 - Acompanhamento permanentemente da situação;
 - Difusão de comunicados à comunicação Social através do Presidente da CMC;
 - Evacuação dos locais em perigo (Parada da Castanheira);
 - Manutenção da ordem pública;
 - Informação do CDOS e solicitação de meios de reforço/apoio;
 - Coordenação dos meios de Protecção Civil do Município e apoio logístico às forças intervenientes.
3. **Exercícios de teste ao Plano** – os agentes de protecção civil do concelho e o Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) têm vindo a realizar e/ou participar em exercícios de emergência (Tabela 1) com o objectivo de preparar meios humanos e materiais para a ocorrência de diferentes tipos de eventos.



No entanto importa fazer a ressalva que **os exercícios de emergência realizados anteriormente não se enquadram no âmbito da activação do PMEPC**. De facto, os exercícios que visam colocar à prova os procedimentos definidos no PMEPC não só poderão incorporar em simultâneo vários exercícios desse tipo, como obrigam a uma intervenção da CMPC (o que não ocorreu nos exercícios realizados anteriormente, onde apenas alguns agentes de protecção civil participaram).

Tabela 1. Exercícios de emergência em que os agentes de protecção civil e o SMPC de Chaves participaram até à data de elaboração do Plano

TIPO DE RISCO	LOCAL	DATA	MEIOS ENVOLVIDOS (n.º)		
			CORPOS DE BOMBEIROS	BOMBEIROS	VIATURAS
	Nogueira da Montanha	01-07-2001	1	10	2
	Chaves	02-07-2001	1	23	3
	Vila Verde da Raia	03-07-2001	1	7	2
	Vila Verde da Raia	04-07-2001	1	5	1
	Vila Verde da Raia	05-07-2001	1	5	1
	Chaves	06-07-2001	1	4	1
	Chaves - Escola João de Deus	07-07-2001	1	6	1
	Chaves	08-07-2001	1	5	1
	Chaves	09-07-2001	2	11	4
	Vila Verde da Raia	10-07-2001	1	5	1
	Vilela do Tâmega	20-02-2002	1	2	1
	Chaves	17-03-2002	1	7	2
Acidente de fuga de gás (Inst. de Gás Natural)	Várzea	23-03-2002	2	26	8
	Vila Verde da Raia	07-04-2002	1	4	1
	Várzea	20-04-2002	1	20	3
	Vila Verde da Raia	05-05-2002	1	10	2
	Nogueirinhas	22-06-2002	1	6	1
	Vila Verde da Raia	30-06-2002	1	5	2
	Bóveda	23-09-2002	1	3	1



TIPO DE RISCO	LOCAL	DATA	MEIOS ENVOLVIDOS (n.º)		
			CORPOS DE BOMBEIROS	BOMBEIROS	VIATURAS
	Vila Verde da Raia	15-12-2002	1	5	1
	Vidago	22-01-2003	1	7	2
	V. Verde da Raia	09-02-2003	1	6	2
	Madalena	19-06-2003	1	6	2
	Faiões	29-06-2003	1	7	1
	Chaves	19-07-2003	1	3	1
	Vila Verde da Raia	07-09-2003	1	11	3
	Zona Industrial	13-09-2003	1	5	1
	Vila Verde da Raia	12-10-2003	1	5	2
	Campo da Roda	18-10-2003	1	9	2
	Estrada do Seara	07-11-2003	1	11	3
Incêndio Urbano	Fonte do Leite	30-03-2004	2	23	6
	Escola EB - 2+3/ Vidago	31-01-2005	1	4	2
	S. Lourenço	13-02-2005	1	5	1
	Vila Verde Raia	27-03-2005	1	5	2
	Chaves	02-02-2006			
	Escola EB - 2+3/Vidago	09-02-2006			
	Vidago	22-02-2006			
	Vila Verde da Raia	26-03-2006			
	Campo da Fonte	27-03-2006			
	Vilela do Tâmega	08-04-2006			
	Aeródromo	04-05-2006			
	Pereira de Veiga	20-05-2006			
	Esc. EB2 + 3 Vidago	05-06-2006			
	V. V. da Raia	22-06-2006			
	Ri 19	13-08-2006			
	Escola Profissional de Chaves	16-11-2006			



TIPO DE RISCO	LOCAL	DATA	MEIOS ENVOLVIDOS (n.º)		
			CORPOS DE BOMBEIROS	BOMBEIROS	VIATURAS
	Escola EB 2+3 de Vidago	28-11-2006			
	Esc. Francisco Gonçalves Carneiro	28-11-2006			
	Vilarelho da Raia	09-12-2006			
	Escola EB-2+3/Vidago	05-03-2007			
	Vilarinho das Paraneiras	10-03-2007			
	Souto Velho	17-03-2007			
	Praia de Vidago	24-03-2007			
	Vila Verde da Raia	10-05-2007			
	Rua Central nº16/18	19-05-2007			
	Esc.EB-2+3	03-03-2008			
	CB 1702, Faiões	08-03-2008			
	Escola Francisco Gonçalves Carneiro	01-04-2008			
	Escola Profissional Chaves	29-05-2008			
	Barragem de Vale de Anta	11-10-2008			
	Escola S+C Casa dos Montes	28-11-2008			

A presente actualização do PME de Chaves visa a supressão das fragilidades e insipiências através da definição dos critérios e normas técnicas a adoptar para a elaboração e operacionalização do PMECC e a adequação do plano ao novo enquadramento legal do Sistema de Protecção Civil. É importante ainda referir-se que o presente Plano vai permitir a validação dos locais e dos riscos caracterizados na revisão anterior, bem como a realização da análise de outros riscos não abordados na mesma versão e que se considera serem importantes para a protecção da população, relativamente a riscos naturais, tecnológicos e mistos.

O PMECC foi também sujeito a consulta pública das suas componentes não reservadas, a qual decorreu a partir de 8 de Junho de 2010, pelo prazo de 30 dias. A CMPC emitiu parecer prévio positivo ao PMECC na reunião de 8 de Outubro de 2010.



6. ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Ao nível da articulação com instrumentos de planeamento e ordenamento do território, a elaboração do PMEPC teve em consideração os de âmbito distrital e municipal, dado o cariz geral municipal do Plano. Assim, o PMEPC articula-se principalmente com:

- **Plano Distrital de Emergência de Vila Real (PDEV)** – à data de elaboração do PMEPC, o PDEV encontra-se em fase de revisão, de acordo com a legislação em vigor (Resolução n.º25/2008, de 18 de Julho), pelo que a sua organização e conteúdos se encontrarão em conformidade com o PMEPC (organização operacional e missões dos vários intervenientes).
- **Planos Municipais de Emergência de Protecção Civil dos concelhos vizinhos** – o PMEPC articula-se operacionalmente com os PMEPC dos concelhos vizinhos de Montalegre, Boticas e Valpaços. Esta articulação prende-se não só com as estratégias de intervenção e prevenção previstas, como também com os meios materiais e humanos disponíveis e a análise de riscos. Relativamente aos PMEPC dos restantes concelhos adjacentes a Chaves (Vinhais e Vila Pouca de Aguiar), estes não se encontra ainda aprovados, encontrando-se em revisão de acordo com a legislação em vigor (Resolução n.º25/2008, de 18 de Julho). Na próxima revisão do PMEPC será realizada a devida articulação com o PMEPC dos concelhos adjacentes que se encontrem aprovados pela CNPC, em particular no que se refere aos aglomerados populacionais que se localizam nos limites administrativos e que carecem de infra-estruturas de apoio as quais podem ser complementadas com os meios disponíveis nos concelhos vizinhos.
- **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Chaves** - instrumento de apoio nas questões da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), nomeadamente, na gestão de infra-estruturas, definição de zonas críticas, estabelecimento de prioridades de defesa, estabelecimento dos mecanismos e procedimentos de coordenação entre os vários intervenientes na DFCI. Para tal, o Plano integra as medidas necessárias à DFCI, nomeadamente, medidas de prevenção, previsão e planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios florestais.
- **Plano Director Municipal (PDM) de Chaves** - aprovado pela Assembleia Municipal em 26 de Outubro de 1994, tendo sido ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/1995, de 10 de Fevereiro. Actualmente, o PDM encontra-se em fase de revisão, de forma a responder às novas exigências ao nível do planeamento e, conseqüentemente, permitir desenvolver soluções adequadas e eficazes para o concelho de Chaves.



Assim, e uma vez que a Carta de Condicionantes em vigor (do anterior PDM) se encontra desactualizada, a articulação com esta cartografia, não foi considerada no âmbito do PMEPC. Importa salientar que a análise de riscos efectuada no âmbito do PMEPC deverá constituir, no futuro, um importante instrumento de apoio no âmbito do planeamento e ordenamento da área concelhia. Ou seja, as conclusões contidas no PMEPC relativamente aos riscos que poderão afectar a área do concelho deverão ser consideradas nas futuras actualizações do PDM de Chaves, nomeadamente, através da imposição de restrições à ocupação do solo nas zonas susceptíveis à ocorrência de determinado risco natural e/ou humano.

- **Plano de Emergência para o Centro Histórico da cidade de Chaves** - aprovado pela CMPC a 28 de Junho de 2000 e em reunião de Câmara a 5 de Setembro de 2000. Neste Plano identificam-se como apresentando maior risco os edifícios antigos, com pavimentos e tectos em madeira, devido ao facto de serem mais susceptíveis à propagação de incêndios. Além disso, refere-se também que o Centro Histórico se situa na proximidade das termas de Chaves pelo que é considerada uma área de vulnerabilidade sísmica; por outro lado, a elevada pluviosidade poderá originar cheias e inundações nos edifícios mais próximos das margens do rio Tâmega.
- **Plano de Contingência do Tâmega (apoio às populações afectadas com as cheias e inundações do rio Tâmega)** - aprovado a 3 de Março de 2001 pela CMPC e em reunião de Câmara a 24 de Abril de 2001. No que se refere ao conteúdo do Plano, este foi vertido para o PMEPC, pelo que este incorpora já as necessárias instruções de coordenação em caso de cheias/inundação, as entidades a envolver e respectivas missões.
- **Plano de Contingência Nevada (apoio aos alunos das escolas)** - aprovado pela CMPC a 20 de Novembro de 2000. O conteúdo deste Plano foi vertido para o PMEPC, pelo que este incorpora já as necessárias instruções de coordenação em caso de cheias/inundação, as entidades a envolver e respectivas missões.
- **Plano de Pormenor da Fonte do Leite** - aprovado pela Assembleia Municipal a 25 de Novembro de 2009. O referido Plano abrange uma área de expansão da cidade de Chaves e tem como objectivos gerais o ordenamento do território, assegurando a articulação entre os usos habitacional, comércio, serviços, ecológicos, culturais e turísticos, e promovendo a respectiva reestruturação fundiária.
- **Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Barroso e Padrela** - aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 3/2007, de 17 de Janeiro. Identifica as zonas críticas, gestão de combustíveis, redes regionais de defesa da floresta, entre outros, que contribuem para a gestão das áreas de uso florestal, gestão essa abordada exaustivamente no PMDFCI de Chaves, com a finalidade de diminuir o mais possível a ocorrência de incêndios florestais e as suas consequências.



- **Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) do Norte** - em fase de consulta pública. Tem como área de intervenção a totalidade do território da Região Norte (NUT II).
- **Plano Sectorial da Rede Natura 2000** - aprovado e publicado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho, sendo que o concelho compreende o Sítio e ZPE de Montesinho/Nogueira. Identifica os factores de ameaça para este Sítio, sendo de salientar a alteração das características naturais dos cursos de água, quer pela construção de novas barragens e açudes, quer pela inadequada gestão das existentes; incêndios florestais de grandes dimensões; e introdução de práticas agrícolas desadequadas à manutenção das características do Sítio e ZPE.
- **Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) de Douro** - identifica as zonas e situações de risco, nomeadamente cheias, erosão e contaminação e apresenta uma avaliação das situações de cheia e de seca.

Na análise de riscos do PMEPC (Secção II - Parte IV) teve-se em atenção a harmonização entre a especificidade dos riscos do concelho e os riscos identificados nos diferentes instrumentos de planeamento e ordenamento do território vigentes para a área territorial concelhia. A cartografia de riscos elaborada no âmbito do PMEPC encontra-se em formato digital, constituindo a base de dados geográfica do Plano, organizada em Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Desta forma, é possível confrontar geograficamente as áreas de maior susceptibilidade e risco do concelho com os diversos instrumentos de planeamento e ordenamento do território facilitando, assim, a respectiva articulação biunívoca. Além disso, a **base de dados geográfica do PMEPC encontra-se disponível para integrar a plataforma de SIG da ANPC.**

De salientar ainda que o PMEPC deverá também servir de referência à elaboração de Planos Especiais de Emergência específicos do concelho, bem como à concretização de Directivas, Planos e Ordens de Operações dos diversos agentes de protecção civil e organismos e entidades de apoio implantados no concelho.



7. ACTIVAÇÃO DO PLANO

7.1 Competência para a activação do plano

A activação do PMEPC, em situação de emergência, encontra-se relacionada com a dimensão das consequências (verificadas ou previstas) do acidente grave ou da catástrofe em termos de efeitos graves na saúde, funcionamento e segurança da comunidade e de impactes no ambiente que exijam o accionamento de meios públicos e privados adicionais.

A competência para activar o PMEPC é da CMPC de Chaves¹, a qual assumirá a coordenação institucional das actividades de protecção civil mais urgentes, competindo ao COM acompanhar e assumir a coordenação operacional das mesmas. O PMEPC poderá ser igualmente activado na sequência de emissão de declaração da situação de contingência por parte do Governador Civil de Vila Real².

No entanto, **em condições excepcionais, quando a natureza do acidente grave ou catástrofe assim o justificar, por razões de celeridade do processo, a CMPC poderá reunir com composição reduzida (Presidente da CMC, COM, Corpos de Bombeiros Voluntários, forças de segurança do concelho e Autoridade de Saúde concelhia), no caso de ser impossível reunir a totalidade dos seus membros, circunstância em que a activação será sancionada posteriormente pelo plenário da Comissão** (a forma de convocação da CMPC encontra-se descrita no Ponto 2.1, da Secção I - Parte IV do Plano).

Com a activação do Plano pretende-se **assegurar a colaboração das várias entidades intervenientes, garantindo a mobilização mais rápida dos meios e recursos afectos ao PMEPC e uma maior eficácia e eficiência na execução das ordens e procedimentos** previamente definidos. Desta forma, garante-se a criação de condições favoráveis à mobilização rápida, eficiente e coordenada de todos os meios e recursos disponíveis no concelho de Chaves, bem como de outros meios de reforço que sejam considerados essenciais e necessários para fazer face à situação de emergência.

Uma vez assegurada a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afectadas por acidente grave ou catástrofe, deverá ser **declarada a desactivação do Plano pela CMPC**. Nesta sequência, deverão ser desenvolvidos os respectivos mecanismos de desactivação de emergência por todas as entidades envolvidas aquando da activação do Plano, incluindo as que compõem a CMPC. Assim, cada entidade desenvolve os devidos procedimentos internos com as respectivas equipas e plataformas logísticas para que sejam desactivados os procedimentos extraordinários adoptados.

¹ Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º, concatenado com o n.º 2 do artigo 38.º, da Lei de Bases da Protecção Civil e tal como disposto no n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro.

² Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 18.º da Lei de Bases da Protecção Civil.



A **publicitação da activação e desactivação do PMEPC** será realizada, sempre que possível, pelo Gabinete de Protocolo e Comunicação da CMC, através do seu sítio na internet (<http://www.cm-chaves.pt/>), e pelos vários órgãos de comunicação social e sítios da internet, nomeadamente:

- **Divulgação imediata** - televisão, rádios nacionais e rádios regionais e locais:

- **agências noticiosas:**

- LUSA (Vila Real);
 - Espigueiro (Vila Real);
 - LUSA (Porto);

- **rádios do distrito de Vila Real:**

- RTP - Antena 1 (Vila Real);
 - Rádio Universidade FM (Vila Real);
 - Rádio Clube Português (Vila Real);
 - Rádio Voz Marão;
 - Rádio Lamego (Lamego).

- **rádios regionais do Alto Tâmega:**

- Rádio Fórum Boticas (Boticas);
 - Rádio Montalegre (Montalegre);
 - Rádio Clube Aguiarense (Vila Pouca);
 - Rádio Norte FM (Valpaços).

- **rádios locais:**

- Rádio Larouco (Chaves);
 - Rádio Renascença.

- **Imprensa escrita** - jornais nacionais e jornais regionais e locais:

- **jornais do distrito de Vila Real:**

- A Voz de Trás-os-Montes (Vila Real);
 - Notícias de Vila Real (Vila Real);



- Repórter do Marão;
 - Notícias de Mondim;
 - Marão Online;
 - Público (Vila Real);
 - Mensageiro de Notícias (Vila Real);
 - Correio da Manhã (Vila Real).
- **jornais regionais do Alto Tâmega:**
 - Negócios de Valpaços (Valpaços);
 - Tribuna Valpacense (Valpaços);
 - Mensagens Aguiarenses (Vila Pouca);
 - O Povo do Barroso (Montalegre);
 - Notícias do Barroso (Montalegre);
 - O Correio do Planalto (Montalegre);
 - Ecos da Ribeira (Ribeira de Pena);
 - Ecos de Boticas (C.M.Boticas).
- **jornais locais:**
 - Notícias de Chaves;
 - A Voz de Chaves;
 - Semanário Transmontano;
 - Intransigente;
 - Alto Tâmega em Notícia;
- **jornais online:**
 - Jornal Online Portugalis;
 - Portal Online Kartes;
 - Jornal Pinhal do Rei.



7.2 Critérios para a activação do plano

Uma vez que o PMEPC é um plano geral, destinado a enfrentar a generalidade das situações de emergência, a transversalidade dos riscos nele considerados torna difícil a definição de parâmetros e de critérios específicos universalmente aceites e coerentes para se proceder à sua activação. Assim, considerou-se que os critérios que permitem apoiar a decisão de activação do PMEPC são suportados na conjugação do grau de intensidade das consequências negativas das ocorrências, ou seja, grau de gravidade, com o grau de probabilidade/frequência de consequências negativas, conforme definidos na Directiva Operacional Nacional n.º 1/ANPC/2007, de 16 de Maio.

PROBABILIDADE

A **avaliação do grau de probabilidade** de acidente grave ou catástrofe é da competência da CMPC com base na informação recolhida pelo SMPC e apoiada pelos sistemas de monitorização previstos no Plano (ver Ponto 2.3 da Secção I – Parte IV). No que se refere aos sistemas de monitorização de abrangência nacional, a ANPC, em estreita colaboração com diversas entidades, nomeadamente, o Instituto de Meteorologia (IM), a Autoridade Florestal Nacional (AFN), a Direcção-Geral de Saúde (DGS), o Instituto da Água (INAG), Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), entre outras, tem capacidade para avaliar o grau de probabilidade difundido ao CDOS de Vila Real o qual por sua vez informa os agentes de protecção civil do concelho e a CMC.

A CMPC recorrerá igualmente, para definição do grau de probabilidade, a informação recolhida no terreno pelo SMPC e/ou agentes de protecção civil implantados no concelho. A avaliação do grau de probabilidade permite prevenir os riscos colectivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe deles resultantes, atenuando assim estes riscos e limitando os seus efeitos.

No PMEPC definiram-se duas classes de probabilidade, as quais integram a metodologia de cadeia de decisão adoptada. A informação base que permitirá estabelecer se a situação de emergência corresponde a uma das classes definidas será a disponibilizada pelas entidades acima referidas. As classes de probabilidade tidas para referência no PMEPC são:

- **Elevada** – A probabilidade do evento afectar a área do concelho é igual ou superior a 25%;
- **Confirmada**.



GRAVIDADE

No que se refere à **avaliação do grau de gravidade** do acidente grave ou da catástrofe ocorrido no concelho, esta deverá ser realizada pelo COM em colaboração e comunicação permanente com os agentes de protecção civil do concelho, nomeadamente, os Corpos de Bombeiros Voluntários do concelho e forças de segurança, e comunicado ao Presidente da Câmara Municipal (Director do PMEPPC) juntamente com o respectivo ponto de situação. Desta forma, o Presidente e a CMPC têm à sua disposição informação que permite apoiar a decisão de activação do Plano. A tipificação do grau de gravidade tem como base a escala de intensidade das consequências negativas das ocorrências. Foram tidos como critérios para determinar o grau de gravidade:

- **Número de vítimas padrão³;**
- **Dano material em infra-estruturas⁴;**
- **Necessidade de evacuação de locais.**

A combinação das classes definidas para aqueles 3 parâmetros formam 3 classes de grau de gravidade: moderada, acentuada e crítica⁵.

Os mecanismos e as circunstâncias fundamentadoras para a activação do Plano, que determinam o início da sua obrigatoriedade, em função dos cenários nele considerados, encontram-se descritos na Figura 3, na Tabela 2 (definição dos graus de gravidade) e na Tabela 3 (critérios para a activação do PMEPPC). As acções a serem desencadeadas no âmbito da activação do PMEPPC encontram-se descritas na Parte III e no Ponto 11 da Secção III – Parte IV.

³ Valor ponderado considerando os pesos relativos para feridos graves e ligeiros considerados na fórmula de cálculo do indicador de gravidade da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária ($IG = 1 \times \text{número de mortos} + 0,1 \times \text{Feridos Graves} + 0,03 \times \text{Feridos Ligeiros}$)

⁴ Não inclui danos em viaturas.

⁵ Embora as designações usadas sejam as mesmas da ANPC, importa realçar que estas foram definidas tendo por base parâmetros específicos do PMEPPC (isto é, estas designações a usar no âmbito municipal não apresentam correspondência directa com as usadas pela ANPC para o nível nacional e distrital).

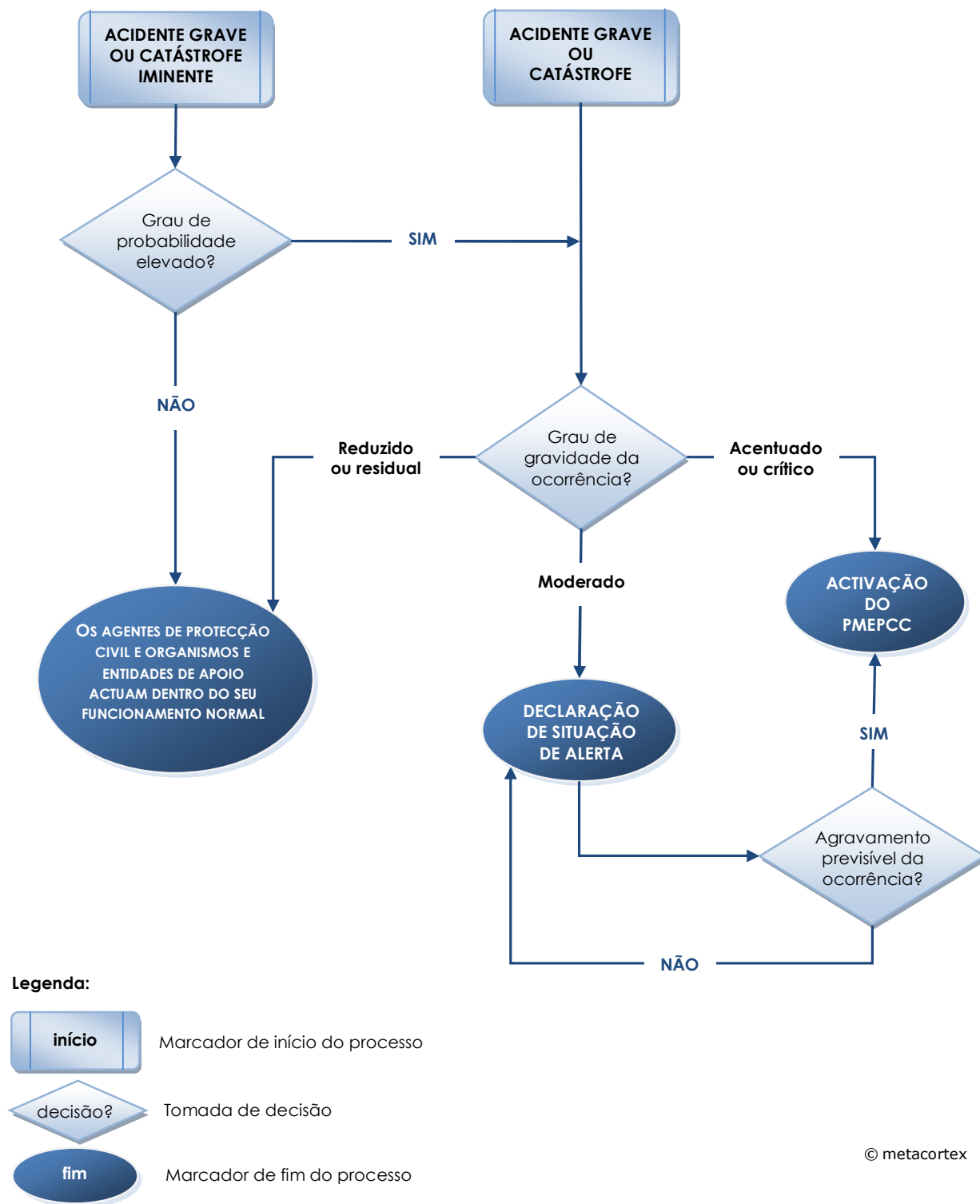


Figura 3. Critérios para a activação do PMEPC



Tabela 2. Critérios para a definição do grau de gravidade

DANO MATERIAL EM INFRA-ESTRUTURAS (€) ⁶	≤10 PESSOAS DESLOCADAS			>10 PESSOAS DESLOCADAS		
	NÚMERO DE VÍTIMAS-PADRÃO			NÚMERO DE VÍTIMAS-PADRÃO		
	[0-5[[5-20]	>20	[0-5[[5-20]	>20
< 1 000 000	Moderada	Acentuada	Crítica	Crítica	Crítica	Crítica
[1 000 000 - 5 000 000]	Acentuada	Acentuada	Crítica	Crítica	Crítica	Crítica
> 5 000 000	Acentuada	Crítica	Crítica	Crítica	Crítica	Crítica

Tabela 3. Critérios para a activação do PMEPC, de acordo com o grau de gravidade e de probabilidade da ocorrência

		GRAU DE GRAVIDADE		
		MODERADA	ACENTUADA	CRÍTICA
GRAU DE PROBABILIDADE	ELEVADA ▪ Probabilidade de ocorrência superior a 25%	Actividade normal	DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	ACTIVAÇÃO DO PLANO
	CONFIRMADA ▪ Ocorrência real verificada	Actividade normal	DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	ACTIVAÇÃO DO PLANO
	AGRAVAMENTO EXPECTÁVEL DA OCORRÊNCIA CONFIRMADA	DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	ACTIVAÇÃO DO PLANO	(PLANO ACTIVADO)

⁶ Não inclui o valor de danos em viaturas.



Em síntese, a **activação do PMEPPC** é aplicável nos casos em que:

- A emergência não pode ser (ou preveja-se que não possa ser) gerida de forma eficaz usando apenas os recursos dos agentes de protecção civil do concelho, sendo necessário implementar e agilizar o acesso a meios de resposta suplementar;
- Nas situações em que se verifique, ou se preveja, a necessidade de se proceder à deslocação de um número elevado de pessoas.

Em conclusão, importa sublinhar que se entende que é sempre preferível activar o Plano antecipadamente do que demasiado tarde, assim como, é sempre mais fácil e preferível desmobilizar meios que se tenha verificado desnecessários do que mobilizá-los após verificada a sua necessidade em plena situação de emergência.



8. PROGRAMA DE EXERCÍCIOS

Os exercícios-tipo visam, de acordo com o objectivo para o qual estão direccionados, melhorar a mobilização e coordenação dos vários intervenientes em situações de emergência decorrentes de acidentes graves ou catástrofes de origem natural tecnológica ou mista, testando comunicações, procedimentos, avaliando as falhas e mitigando deficiências ao longo do exercício, através da adopção de medidas correctivas e/ou preventivas. As acções correctivas podem levar a alterações no PMEPC, procedimentos, equipamentos, instalações e formação, que são novamente testados durante os exercícios subsequentes. A Figura 4 esquematiza o objectivo dos exercícios de emergência.

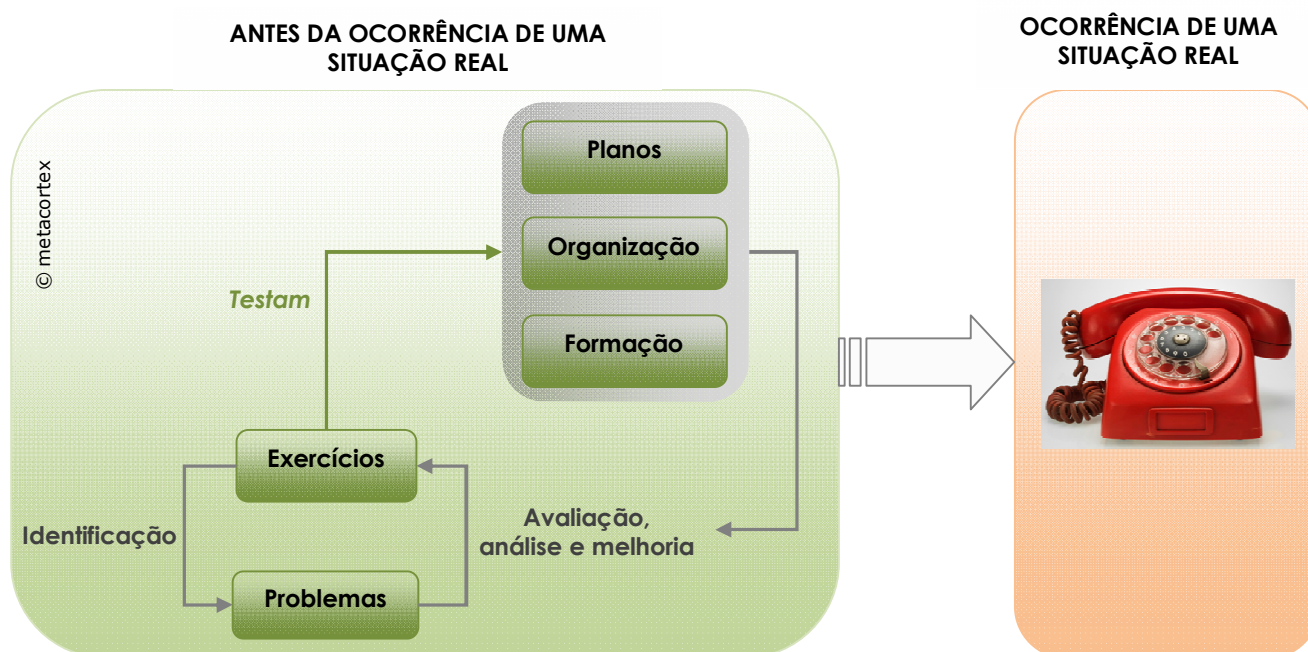


Figura 4. Esquema relativo ao aperfeiçoamento dos exercícios de emergência

Relativamente ao tipo de exercícios em concreto, estes podem ser agrupados em dois tipos:

- **LivEx⁷ [com meios no terreno]** - é um exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno com homens e equipamento, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais e as capacidades de execução das entidades envolvidas.
- **CPX⁸ [de posto de comando]** - é um exercício específico para pessoal de direcção, coordenação e comando, permitindo exercitar o planeamento e conduta de missões e treinar a capacidade de decisão dos participantes.

⁷ Live Exercise

⁸ Comand Post Exercise



A selecção e calendarização de exercícios de emergência constituem uma das principais responsabilidades da CMPC. Assim, e de acordo com a legislação em vigor, **será realizado pelo menos um exercício de teste ao PMEPC de 2 em 2 anos**. No entanto, sem prejuízo do disposto, serão realizados outros exercícios e simulacros, que se considerem pertinentes, e outros mediante os pedidos que forem solicitados ao SMPC. A selecção do tipo de exercício a efectuar deverá ter em consideração os principais riscos identificados para o concelho, assim como, os meios materiais e humanos cuja eficiência e eficácia se pretendem testar. No Ponto 6 da Secção III, da Parte IV do PMEPC, encontram-se identificados os objectivos, os cenários, os meios materiais e as entidades envolvidas para cada tipo de risco passíveis de ocorrer no concelho.

Na Tabela 4 encontra-se, de forma resumida, a calendarização dos exercícios de emergência a realizar no âmbito do PMEPC para o período de 2011-2012. De acordo com a legislação em vigor, **o PMEPC será revisto no mínimo de 2 em 2 anos**, e como tal, a primeira revisão do Plano após a publicação da resolução deve ser seguida da realização de um exercício no prazo máximo de 180 dias após a aprovação da revisão. Os dados relativos aos exercícios ao PMEPC serão inseridos no Ponto 6 da Secção III – Parte IV.



Tabela 4. Calendarização dos exercícios de emergência (2011-2012)

RISCO	DATA DE REALIZAÇÃO				TIPO DE EXERCÍCIO	OBSERVAÇÕES
	2011		2012			
	1.º SEMESTRE	2.º SEMESTRE	1.º SEMESTRE	2.º SEMESTRE		
INCÊNDIO URBANO					CPX	<p>O exercício deverá centrar-se na avaliação da capacidade de comunicação entre os diferentes agentes de protecção civil e entidades de apoio e na melhoria da articulação entre os mesmos.</p>
INCÊNDIO URBANO					LIVEX	<p>Local – Centro histórico da cidade de Chaves</p> <p>Deverá ter como principal objectivo avaliar a eficácia e eficiência nas acções de evacuação de locais chave do município.</p> <p>Deverá ter-se como prioridades o controlo de incêndios e dos itinerários de emergência, colocação de meios de transporte, controlo do processo de evacuação (movimento ordeiro das populações e evitando-se o pânico), registo das pessoas deslocadas, aferição de tempos de cada uma das operações.</p>